

Assembléia decide por aumento



ASSEMBLÉIA TEVE GRANDE AUDIÊNCIA DE FILIADOS

O Sindiserj, realizou no último dia 13 de junho, às 8:30 horas, no Sindicato dos Bancários uma Assembléia Geral Extraordinária, tendo como pauta os seguintes assuntos: Criação da Gratificação do Adicional de Desempenho; Piso Salarial para a Carreira Inicial das Categorias; Repasse do Percentual do Salário Mínimo para as Categorias e URV's.

O presidente do Sindiserj, Cláudio Carvalho, abriu a assembléia justificando o horário de realização da mesma. Disse que, pela manhã os Desembargadores estão reuni-

dos no Pleno, pois pretende, no final da sessão, com a pauta deliberada, seguir junto com os participantes para entregar as reivindicações ao presidente Antônio Andrade Goes do Tribunal de Justiça e demais membros.

Outro motivo, é que, a ausência do servidor do seu setor de trabalho na luta pelos seus direitos já é uma forma de protestar contra a situação em que se encontram os trabalhadores do Judiciário.

Continuando com a palavra, Cláudio apresentou o quadro demonstrativo de níveis e

valores da última Lei Estadual que concedeu reajuste aos servidores do Judiciário no ano de 1994. A esse demonstrativo foi feito uma comparação com a tabela salarial do Judiciário do Estado da Bahia. Após a exposição, abriu-se a discussão para elaboração de um piso para a Categoria.

Cláudio explicou como se enquadraria um percentual dentro dos níveis, dando como exemplo o valor de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) para encontrá-lo. Este mesmo valor se transformou em proposta onde foi aberto uma discussão, e logo em seguida colocada a proposta por alguns filiados de R\$ 700,00 (Setecentos Reais), que foi aprovada pela maioria. Em relação a aprovação deste piso, entendemos como ponto de partida para uma possível negociação.

No que diz respeito ao repasse do percentual do salário mínimo, a advogada informou que existe uma Ação movida pelo Sindicato tramitando na 3ª Vara Cível da Fazenda, requerendo os anos em atraso. Assim, a reivindicação deste item poderia prejudicar o andamento da referida Ação.

Em relação a criação da Gratificação de Adicional de Desempenho, seria mais viá-

vel em razão de já existir nos outros Poderes, a sua grande vantagem, é que, poderá ser incorporada ao salário para efeito de aposentadoria. Quanto ao percentual a ser aplicado, a Lei Estadual que cria a do Executivo diz que poderá ser até 200% do Salário Base de cada servidor, variando este percentual de órgão para órgão. Essa proposta foi aprovada por unanimidade.

Após a discussão dos itens deliberados como pauta de reivindicação, a Advogada Dr.ª Lenieversson, usou a palavra para ler a introdução do documento que serviu de base para encaminhamento das reivindicações à Presidência do TJ.

O imprevisto ocorrido com o defeito do microfone do auditório do Sindicato dos Bancários, prejudicou a explanação da advogada sobre o andamento das URV's, fato este alheio ao Sindicato. O Sindicato pede desculpas aos seus filiados, prometendo maior rigor na avaliação desses instrumentos nas próximas assembléias.

Logo após a realização da assembléia, os participantes seguiram ao TJ levando em mãos a pauta de reivindicações aprovadas ali, para a entrega ao Chefe do Poder Judiciário e demais membros.

FLASHES

• SEGURANÇA

O Sindiserj tem recebido nos últimos dias, algumas queixas dos Vigilantes Judiciário e Guardas de Segurança (comissionados), com relação a escala de trabalho elaborada pelo Departamento de Segurança do Tribunal de Justiça. Pedindo a este Sindicato orientação sobre a viabilidade da mesma. A direção está fazendo um levantamento da situação, para posteriormente se pronunciar.

• MAIS AUMENTO

Como se não bastasse 7 anos sem aumento de salário, o Governo Federal autorizou reajuste nos Planos de Saúde. A Unimed já anunciou que o percentual aplicado será de 7,73%, que segundo a mesma é inferior ao determinado pelo Governo. Para FHC e AF, o que gera inflação é o aumento nos salários e das tarifas públicas, cesta básica, planos de saúde etc, não geram inflação. Posicionamento simplesmente ridículo.

• FALTA DE DINHEIRO NÃO É DESCULPA I

Todas as vezes que estivemos reivindicando aumento salarial, a desculpa foi sempre a mesma, o Estado não tem dinheiro, a arrecadação diminuiu etc. Segundo entrevista dada ao Jornal Cinform do dia 25/01 pelo Secretário da Fazenda Fernando Mota, os motivos alegados acima não procedem. Hoje, segundo Mota a arrecadação de Sergipe tem crescido muito, em 2000 a receita do ICMS obteve um crescimento de 27% e cerca de 38% na receita total para 2001. A perspectiva é de um crescimento de 15% em mé-

dia acima do crescimento de 2000. Qual será a desculpa agora?

• FALTA DE DINHEIRO NÃO É DESCULPA II

A prova disso é que a Assembléia Legislativa, aprovou no dia 27/06/01, para os cargos Comissionados do Gabinete do Governador e da Casa Civil, como também do Quadro Geral do Poder Executivo, um aumento de 100% na tabela de valores dos cargos em comissão. Conforme matéria publicada no Jornal Correio de Sergipe, em sua edição de 28/06/01.

PRESIDENTE RECEBE COMISSÃO

O Presidente Antônio Goes recebeu em audiência, um pequeno grupo de servidores, fazendo parte do mesmo, Cláudio e Jairo do Sindiserj, Luiz Augusto e Maria Hortência do Gomersindo Bessa.

A audiência teve início com Cláudio Carvalho informando a razão que culminou neste encontro: a situação de penúria que passa o servidor do Judiciário, há sete anos sem aumento salarial e sem nenhuma perspectiva do mesmo. O Presidente do TJ, recebendo o documento leu e usando a palavra, informou que em relação às URV's, tem se empenhado junto ao Governador para uma solução mais imediata possível. Disse que se o pagamento fosse através de precatórios seria pelo menos 05 anos para se começar a receber, por isso, está procurando uma forma de negociação que encurte este prazo.

No que concerne às reivindicações apresentadas, falou que o Piso Salarial no momento é inviável sua discussão, visto que, geraria isonomia com os outros Órgãos do Estado. Em relação à Gratificação do Adicional de desempenho ele vislumbrou a possibilidade de realizar o estudo para sua criação, porém ressaltou que o orçamento com a folha de pagamento estava bastante comprometido e correria um sério risco de ser enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas encaminharia o levantamento à direção do Sindicato para apreciação no prazo de três semanas.

Na oportunidade determinou que fossem expedidas cópias sobre o documento de reivindicação a cada Desembargador.

Outros assuntos abordados:

Novo horário - Cláudio fala da insatisfação dos servidores, o presidente informa que em primeiro lugar, a alteração é culpa do Governo Federal e que essa mudança não foi uma atitude isolada dele, mas sim uma decisão do Pleno quando na oportunidade escolheram esta opção como a melhor. A partir de 25 de junho, será alterado para o período das 07:00 às 13:00 horas.

Periculosidade dos Comissários de Menores - Reconhece que era um direito, mas esbarrava em impedimentos que ele mesmo não compreendia diante das decisões do Tribunal de Contas do Estado que tem pareceres contrários aos Comissários.

Horas Extras - Em função do horário reduzido torna-se impossível seu pagamento, tendo encontrado como solução emergente a transformação em representação de gabinete, para os que recebiam até R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) sendo casos acima deste valor para estudo posterior.

Finanças do Tribunal - informou que o Poder Judiciário recebe 7% da arrecadação do Estado mensalmente, porém, não tem conhecimento de quanto este arrecada. O valor é utilizado para custeio de pessoal, estan-



FILIADOS AGUARDAM RESULTADO DA AUDIÊNCIA COM PRESIDENTE

do praticamente todo comprometido e que caso ultrapasse desse percentual estaria infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Intermediação no Conflito com Outros Órgãos - informou que interviu na greve dos policiais junto ao Governador, por se tratar de Segurança Pública; com os professores, apenas conversou com Albano mostrando o prejuízo causado aos milhares de estudantes da Rede Pública.

Concurso Público - Pretende realizar concurso público, para os cargos vagos de Escrivão, Tabelião, Oficial de Justiça, Agente Administrativo e Outros na área administrativa.

Avaliadores Porteiros e Distribuidores - O Sindicato sugeriu o aproveitamento desses profissionais no Cargo de Oficial de Justiça,

uma vez que, são Serventuários de Justiça e habilitados no concurso de Oficial de Justiça. O presidente solicitou a direção do Sindiserj, a relação desses profissionais para um estudo mais aprofundado.

Projetos - Pretende ativar o gabinete médico e odontológico do Fórum GB, como também, criação de uma creche para os filhos dos servidores do Judiciário e ainda a circulação do transporte coletivo nas imediações daquele Fórum.

O primeiro passo já foi dado; A proposta para um possível entendimento está encaminhada; Pedimos a paciência de todos, a compreensão e acima de tudo a união.

Somente a organização da categoria conseguirá vencer as barreiras impostas pelos governantes. Os dias são difíceis, mas os desafios podem ser vencidos.

transparência

Órgão de Divulgação
do Sindicato dos Servidores
do Poder Judiciário - SINDISERJ
Filial a FENAJUD

PRESIDENTE:

Cláudio Siqueira Carvalho

Vice-Presidente:

Jairo Cardoso de Albuquerque

SECRETARIA GERAL:

Maria de Fátima Guimarães

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS:

Glaciária de Jesus Santos

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL:

Zeni Batista dos Santos

SECRETARIO DE CULT. ESPORTE E LAZER:

Munilo Gomes da Silva Júnior

SECRETARIO DE MOD. DIVUL. E IMPRENSA:

Marcos Alves do Oliveira Filho

SUPLENTE:

José Ronaldo Sousa

Rosineire Calazans dos Santos

Genisson da Silva Filho

CONSELHO FISCAL:

José Soares dos Santos Filho

Rosa Cristina Andrade Murad

José do Patrocínio Moura

SUPLENTE:

Maria Helena Silveira

Antônio André Ferreira

José Ribeiro dos Santos

Boletim Transparência

DIREÇÃO:

Jairo Cardoso Albuquerque

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Cristiane Rezende - DRT/SE 657

EDIÇÃO ELETRÔNICA:

Genilson Costa (9138-4029)

IMPRESSÃO: Info Graphic's Gráfica & Editora

SINDISERJ - Rua Amélia, 154 Centro,

Aracaju/SE CEP 49010-330

TELEFONES: (079) 211-7057 / 211-9422 / 9588-8400

Próximos passos

Com o objetivo de conscientizar os Desembargadores e obter o apoio dos mesmos, em sua luta, o Sindiserj representado por seu Presidente, Vice-presidente e alguns colegas filiados, realizou visitas aos Magistrados daquela Corte de Justiça. Na oportunidade foi entregue aos mesmos, documentos que comprovam a existência da Gratificação de Adicional de Desempenho, em outros Órgãos como: Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Poder Executivo, Ministério Público e outros.

Na ocasião foi enfatizada a situação preocupante em que vive o servidor deste Poder, chegando ao sétimo ano sem qualquer aumento, vendo o custo de vida ser majorado através de reajustes das tarifas públicas, planos de saúde, cesta básica, passagens, sem falar na elevação da taxa de contribuição do Funaserj e Ipes Previdência, que diga-se de passagem, mal administrado e utilizado pelo governo.

Salientamos também, a facilidade que o governo encontra para ajustar os salários do "Alto Escalão" e as dificuldades que coloca para melhorar o salário do servidor.

As visitas foram bastante proveitosas, a seguir algumas colocações feitas pelos Desembargadores:

Desembargador Fernando Ribeiro Franco - Achei justo o Adicional, sendo viável à sua criação.

Desembargadora Josefa Paixão de Santana - Disse que o pro-

blema maior do servidor é o financeiro, de bolso vazio não se chega muito longe, o que se fizer para melhorar a situação do servidor, poderá contar com ela mas que também não depende só dela.

Desembargadora Clara Leite de Rezende - Se preocupa com a situação e acha que alguma medida tem que ser tomada. Disse também, a o que depender dela está disposta a ajudar.

Desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho - É favorável a criação do Adicional de Desempenho.

Desembargador Epaminondas Silva de Andrade Lima - Falou que sempre esteve a favor do funcionário, mas para aprovar algo no Tribunal dependia dos outros, está do lado do servidor.

Desembargador Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila - Acha justo a reivindicação, sendo favorável.

Desembargador Gilson Gois Soares - Para ele é inadmissível o funcionário há sete anos sem aumento, é favorável ao Adicional, porém acha difícil o governo aprovar devido a situação que atravessa o Estado.

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto - Na sua opinião, o Tribunal e seus servidores devem procurar uma outra maneira mais sólida, mas o momento não é o ideal, portanto o que depender ele ajudaria.

Juiz Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima (substituindo o Desembargador Aloisio Abreu) - Está

de pleno acordo, e que pode-se contar com ele.

Faltam ser visitados 03 Desembargadores, estas visitas deverão ocorrer antes do recesso de julho.

Paralelamente à essas visitas, a direção do Sindiserj já esteve reunida por três vezes com o Secretário de Recursos Humanos Tadeu Nascimento, onde foram passadas algumas informações e ao mesmo tempo pedindo uma maior urgência, dentro de suas possibilidades no tocante ao levantamento dos dados que servirão de subsídios para a elaboração do projeto de criação da Gratificação do Adicional de Desempenho.

O Secretário Tadeu Nascimento informou que, devido a complexidade do assunto, necessitaria de aproximadamente 15 dias para elaboração da proposta.

Queremos ressaltar, que apesar de todo empenho e da boa receptividade até agora, por parte dos Membros e Assessores do TJ, devemos ser pé no chão, porque temos ainda muito a caminhar. Nada está garantido.

A diretoria da sua entidade de classe não tem medido esforços para atingir o objetivo desejado, procurando ampliar seus contatos externamente no sentido da viabilização na aprovação desse projeto.

O Sindicato precisa de maior apoio e união da categoria neste caminhar.